

Cómo citar este trabajo: Barros Cardoso, António (2020). O Vinho do Porto e os Cistercienses no Douro. *Bajo Guadalquivir y Mundos Atlánticos*, 02. 36-51. <https://doi.org/10.46661/bajoguadalquivirmundosatl.5314>

O Vinho do Porto e os Cistercienses no Douro

Port wine and Cistercian civilization in the Douro region

António Barros Cardoso

Universidade do Porto

abarroscardoso@sapo.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0308-9640>

Sumário

O Douro Vinhateiro, classificado em 2001 património mundial da humanidade, sentiu desde muito cedo a importância civilizacional cisterciense. As marcas da presença monástica materializaram-se em algumas das mais emblemáticas unidades produtivas da região vitícola demarcada e regulamentada mais antiga do mundo – O Douro. Esses espaços agrários, de forma directa ou indirecta estiveram ligados às casas monásticas de Tarouca, Salzedas e São Pedro das Águias. Procuramos relembrar a partir da indagação histórica o que hoje resta desse passado.

Abstract

The Douro wine region, classified as a World Heritage site in 2001, felt very early the importance Cistercian civilization. The evidence of the monastic materialized in some of the most productive units of the flagship wine region demarcated and regulated world's oldest - The Douro. These spaces land, directly or indirectly been linked to the monastic houses of Tarouca, Salzedas and St. Peter of the Eagles. We try to recall from the historical question that remains today of this past.

Keywords: Port wine; Douro region; Cistercian civilization; Tarouca; Salzedas; St. Peter of the Eagles

1 Introdução

A região vinhateira do Douro foi classificada em 2001, património mundial da humanidade pela UNESCO, galardão que lhe foi atribuído pela importância histórico-cultural da paisagem que encerra. Nessa altura, multiplicaram-se as especulações sobre as origens mais remotas da região, procurando-se conhecer os sinais da mais remota presença humana naquele espaço¹. Nas páginas da Revista Douro-Estudos & Documentos continuou-se a publicar boa parte do que resultava do trabalho dos investigadores do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto que, desde 1994, labutavam para dar a conhecer, ou seja para valorizar ainda mais um património que se sabia dotado de características que assombrariam o mundo, como veio a acontecer. O diferencial entre os propósitos de investigação traçados inicialmente e o que se foi concretizando até hoje foi grande no que diz respeito à investigação histórica fundamental sobre a região, evidenciamos-lo quando se venceram dez anos sobre a criação do GEHVID². Ou seja, entre os projetos iniciais e o que se concretizou há uma grande distância. De resto, a produção histórica sobre a região centrou-se muito mais nas fontes disponíveis sobre o comércio dos vinhos que a região produzia e que a cidade do Porto comercializava com o seu nome, do que em trabalhos sobre a evolução histórica do Douro. Ainda assim relevamos os trabalhos publicados em 1999 sob o título *Cister No Vale do Douro*³ que salientaram, à luz do que era possível conhecer nessa altura, revisitando-se bibliografia específica sobre a presença cisterciense em Portugal e em terras do

Douro, aproveitando também os contributos de jovens investigadores que se haviam associado ao GEHVID, como José Ignacio de La Torre Rodriguez, Vítor Teixeira e Ricardo Teixeira. Nesta obra foram apontados alguns territórios que correspondem ainda a áreas de vinhedo que os cistercienses souberam cuidar.

2 As casas cistercienses do Douro

A presença civilizacional cisterciense tem ainda hoje marcas visíveis no território vinhateiro do Douro. De facto, as casas monásticas de Tarouca, Salzedas e São Pedro das Águias, legaram à região duriense vastos e valiosos patrimónios. O percurso dos seguidores de São Bernardo por toda a Europa arrastou consigo a experimentação agrícola e a vinha e o vinho contam-se entre os produtos essenciais que cultivaram. Atrevemo-nos mesmo a dizer que, desde a presença romana na Europa e em Portugal, não houve contributos que se assemelhassem aos que os cistercienses nos legaram. De facto, comparando o mapa onde Monsenhor Mauro Coucheril cartografou todos os mosteiros portugueses afetos aos seguidores de São Bernardo com um mapa das regiões vitícolas portuguesas atuais, é muita a coincidência. Os monges brancos foram portadores de variedades de estacas que experimentaram nos solos europeus onde se fixaram e, estamos em crer que, no Douro, o experimentalismo monástico cisterciense em torno das vides que melhor se adaptavam aos solos é responsável pela multiplicidade de plantas que constituem o património genético

¹ Veja-se o conteúdo da obra coordenada por ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado - História do Douro e do Vinho do Porto: Edições Afrontamento -. GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, Vol. I, 2006.

² CARDOSO, António Barros – *A Investigação Fundamental na História do Douro e do Douro e do Vinho do Porto – Algumas Linhas de Rumo* in “Douro

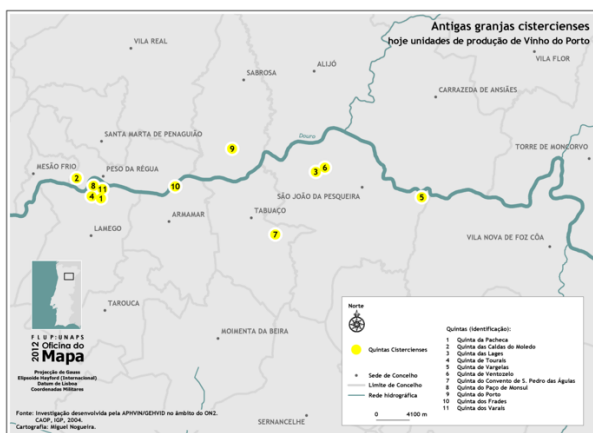
– Estudos & Documentos”, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto, 2007, p. 13-37.

³ CISTER NO VALE DO DOURO – Porto, Edições Afrontamento - GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1999.

da viticultura duriense, marca distintiva dos vinhos da região.

De facto, das granjas monásticas nasceram no Douro algumas das principais “quintas históricas” qualificativo que lhe atribuímos por terem sido plantadas anteriormente às demarcações do território duriense no século XVIII que originaram a região vinhateira demarcada e regulamentada mais antiga do mundo. Que sinais ficaram dessa influência? Em primeiro lugar é preciso salientar que é nas atuais sub-regiões do Baixo-Corgo e do Cima Corgo que podemos encontrar as principais marcas de Cister na viticultura Duriense, como se pode constatar no mapa:

Figura 1: Antigas granjas cistercienses. Miguel Nogueira



Fuente: Miguel Nogueira

3 Quintas do domínio de São Pedro das Águias

Originalmente a quinta hoje integrada na Região Demarcada do Douro e denominada de São Pedro das Águias, não foi construída senão para cumprir a missão espiritual de alguns monges brancos que fundaram o primitivo mosteiro beneditino da região (séc. XI) na freguesia de Paradela, vizinha das terras

da atual quinta. Tratou-se do velho eremitério que acabou por dar nome à quinta (S. Pedro das Águias), que a partir de 1205 se fidelizou à Ordem de Cister⁴. Construído junto a uma encosta ravinosa, este cenóbio foi mais tarde abandonado quando os monges preferiram aproveitar um local próximo de uma linha de água, que reunia melhores condições para edificarem um novo mosteiro que tomou o nome que ainda hoje ostenta: Quinta do Convento de S. Pedro das Águias.

Figura 2: Quinta do Mosteiro de São Pedro das Águias.



A fundação deste cenóbio encerra um património imaterial que, à semelhança de outras lendas, arrasta consigo cavaleiros cristãos cujo coração foi preso pelos amores de princesas mouras, enredados em feitiços que a persistência da história oral fez chegar até nós. Continuavam até há bem pouco tempo a ser propagandeadas de geração em geração nas sapatas das lareiras onde os capões de vides secas a arder aqueciam as noites de inverno nas casas de lavoura circundantes. Os moradores são por isso património vivo da cultura regional duriense. O pai de Afonso Henriques passou a primeira carta de couto a São Pedro das Águias⁵, mais tarde referenciada nas Inquirições de D.

⁴ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la - *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro* in – Cister no

Vale do Douro, DIAS, Geraldo Coelho (Direção de), Porto, 1998, GEHVID/Afrontamento, 1998, p. 116.

⁵ Idem, *Ibidem*, p.113.

Afonso III que a validaram⁶. No século XVIII a família Távora moveu ação judicial contra o Mosteiro de S. Pedro das Águias sob a alegação de que o padroado do mosteiro lhes pertencia. Alegavam que eram descendentes de D. Rausendo, cavaleiro nobre que ali se estabeleceu no tempo do D. Raimundo, juntamente com D. João e D. Pedro Ramires que, esses sim, tinham empenhado em 1117 aos monges de S. Pedro as terras como Couto, com garantia do título de fundadores do mosteiro⁷. Os Távoras não conseguiram fazer valer os seus argumentos e perderam a causa. Suspeitamos que este apetite pela propriedade monástica estaria ligado ao controlo dos territórios do mesmo cenóbio, fonte de importantes rendas e localizados no centro das suas propriedades dominiais.⁸ Já no capítulo da qualidade, os vinhedos de São Pedro das Águias, estes não foram incluídos nas marcas pombalinas de 1757⁹ e de 1758¹⁰ para a produção de vinhos de Feitoria ou de exportação. Só mais tarde, nas marcas de 1761, viriam a obter esse qualificativo¹¹. Recordamos que o processo da demarcação das terras durienses para apuramento da qualidade dos vinhos, na sequência da criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro*, foi muito polémico e não isento de compadrios e procedimentos de menor lisura. Queremos com isto significar que o tardar do reconhecimento da qualidade dos vinhos produzidos pode ter sido afetado

pelos insondáveis interesses que exasperaram Sebastião José de Carvalho e Melo a determinar o seu termo em 1761¹².

Já nos inícios do século XIX a quinta de São Pedro das Águias despertou a atenção de um verdadeiro esperto na época em escolher terras de produção vitícola de elevada qualidade na região duriense, falamos de António Bernardo Ferreira, tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira¹³ que arrendou a quinta em 1818¹⁴. Ainda conseguiu fazer prosperar a produção entre 1820 e 1834, contudo na sequência das perturbações que devastaram o Douro no período da “guerra dos irmãos inimigos”, o mosteiro e a quinta sofreram danos significativos¹⁵. A odiosa das populações rurais acumulado ao longo do tempo pelo peso dos foros explode de forma devastadora que não poupou os estabelecimentos religiosos. A par da cobertura oficial (nacionalização dos bens das ordens religiosas), os populares reagiram violentamente lançando fogo aos cartórios dos conventos. Assim aconteceu em 1836 no Mosteiro de S. Pedro das Águias¹⁶, onde só a igreja escapou ao incêndio. O saque consumou-se no entanto nas alfaias e nas imagens do culto. Só os retábulos de talha dourada lograram escapar, contudo, mais tarde foram arrancados e vendidos pelos novos proprietários¹⁷. É que, em 1842, S. Pedro das Águias foi a hasta pública e nessa altura adquirido pela família Pereira Barros¹⁸ que

⁶ Idem, p. 114.

⁷ Idem, p.115.

⁸ Idem, p.114.

⁹ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 63.

¹⁰ Idem, Vol. II, p153 e 154.

¹¹ Idem, Vol. III.

¹² CARDOSO, António Barros – *Pombal e a Reforma Agrária do Douro in “História”*, Ano XXI, Nova Série, n.º17, Setembro, 1999, p. 24.

¹³ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*.1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p.67.

¹⁴ PEREIRA, Gaspar Martins e Olazabal, Maria Luísa - *Dona Antónia*: Porto: Grupo BPI/Sogrape/A.A. Ferreira, Porto, 1996, p. 20.

¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 184.

¹⁶ SILVA, Célia Taborda da - *Movimentos Sociais no Douro no período da implantação do liberalismo (1834-1855)*: Porto, GEHVID, 2007, p. 274 e 275.

¹⁷ AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*. (S.l.s.n), 1974, p. 185

Idem, p.185.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 185.

procedeu à sua reconstrução, mantendo a igreja fechada ao culto¹⁹. Manuel Monteiro refere-se a esta reedificação como arquitetura banal ao estilo do século XVII e à conversão do velho mosteiro em casa agrícola, ironizando que a igreja tinha sido dedicada às “*nobres funções d`uma adega...*” referindo que no local “... onde se prostravam os frades despejando latins...” repousavam bojudos toneis onde se guardavam dezenas de pipas de vinho²⁰.

Nos alvares do século passado, o empenhamento de Maria Clementina Pinheiro Leite, casada com um descendente da família Pereira de Barros transformou a velha quinta do mosteiro em quinta modelo de vinicultura e até de escola agrária regional, produzindo vinho, azeite, frutos e legumes.²¹ São Pedro das Águias voltou assim a reerguer-se e quando nos anos cinquenta do século é adquirida pelo Grupo Vranken, de origem francesa responsável pela comercialização do Champagne Demoiselle e de algumas marcas de Vinho do Porto, a quinta dá origem à firma *Quinta do Convento de S. Pedro das Águias, S.A.C. S.A.* Atualmente a quinta pertence a uma figura feminina: Rute Landanger que mantém viva a ideia de transformar o edificado em espaço de turismo de habitação. Os cistercienses de São Pedro das Águias estenderam os seus domínios às terras de S. João da Pesqueira onde se incluía Vale de Figueira²². Eram considerados por isso dos maiores proprietários nesses territórios durienses e, à semelhança do que aconteceu com outras propriedades monásticas, as terras desta quinta foram também emprazadas, já que se tratava de propriedade

distante do mosteiro que as recebia por doação. O único recurso para que se mantivessem produtivas consistia no seu aforamento.²³

Figura 3: Quinta de Vargellas



No século XVIII, a agora designada Quinta de Vargellas ficava em terras cistercienses e era formada por três parcelas distintas, pertença de diferentes proprietários: Vargellas de Cima, Vargellas do Meio e Vargellas de Baixo.²⁴ Actualmente estas três parcelas formam uma única na posse da *Taylor Fladgate & Yeatman*, firma que as adquiriu entre 1893 e 1896. Vargellas de Cima, também designada Quinta do Vale, nos inícios do século XIX a Pedro Gomes da Silva, que a vendeu em 1831, ao tio e sogro de D^a. Antónia Adelaide Ferreira, António Bernardo Ferreira. O neto, seu homónimo, herdou a Quinta de Vargellas por morte da mãe, em 1844.²⁵ António Bernardo Ferreira, arrendou Vargellas do Meio, em 1831 por seis anos e seis novidades por 350 mil réis ano ao seu proprietário de então, o

¹⁹ MASSON, Christine – *Douro terra de Porto* – Edições LPM, Paris, 2001, p.31.

Idem, *Ibidem*, p. 81.

²⁰ MONTEIRO, Manuel - *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*: Porto, 1911, p.60.

²¹ MASSON, Christine – *Douro terra de Porto* – Edições LPM, Paris, 2001, p.31.

Idem, *Ibidem*, p. 82.

²² RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la - *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro* in – *Cister no Vale do Douro*, DIAS, Geraldo Coelho (Direção de), Porto, 1998, GEHVID/Afrontamento, 1998, p.159

²³ Idem, *Ibidem*

²⁴ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*.1^a ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 156.

²⁵ Idem, p. 157.

Conselheiro Sebastião António Gomes de Carvalho²⁶, de S. João da Pesqueira²⁷, arrendamento prolongado pela viúva e filha deste, em 1833, Dona Teotónia de Eça de Carvalho e Jacinta Antónia Gomes.²⁸ O arrendamento à família Ferreira foi prolongado por mais uns anos. Após a morte da madrasta, Dona Teotónia, Jacinta ficou na posse de toda a quinta, que nunca pretendeu vender, apesar das várias tentativas por parte de D. Antónia de a comprar.²⁹ Deste modo, durante um período de tempo estas duas quintas: Vargellas de Cima e Vargellas do Meio mantiveram-se sob a gestão da família Ferreira.

Já Vargellas de Baixo, era conhecida também pela Quinta do Brito no século XIX. A razão prende-se com o seu proprietário no século XIX, António Bernardo Brito e Cunha³⁰, filho único de António Bernardo Álvares de Brito, Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, que chegou a ser Escrivão Geral da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro e da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto e Ministro Nobre da Junta das Décimas. Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Defensor dos ideais liberais, esse posicionamento político acabou por lhe custar a vida. O seu nome consta entre os que foram perpetuados na estátua equestre de D. Pedro IV, na Praça da Liberdade, no Porto, lugar onde foi executado com mais nove companheiros³¹. Na sequência destes acontecimentos a família Brito e Cunha dispersou-se. Os filhos emigraram para Inglaterra e recorreram à hospitalidade dos

amigos do pai, os *Warre*, os *Sandemans* e os *Morrices*. A exploração da quinta de Vargellas de Baixo é entregue, a partir de 1830, a António Bernardo Ferreira³² e assim se manteve até 1881. Em 1884, a construção do último troço do caminho-de-ferro do Douro até Barca D'Alva, que sacrificou 1546 hectares da quinta³³, levou a que os herdeiros do malgrado liberal portuense, vendessem a propriedade em Julho de 1886³⁴. A Taylor, fruto dos investimentos que tem feito nesta antiga granja de Cister junto ao Douro, muito afetada também na década de 70 do século passado pela construção da barragem do Cachão da Valeira, consegue produzir cerca de 200 pipas de vinho do Porto.

De entre as granjas cistercienses no Vale do Douro, conta-se também a Quinta das Lages sobranceira à margem esquerda do rio Torto, na periferia de Sarzedinho, lugar da freguesia de Ervedosa do Douro, concelho de S. João da Pesqueira. As terras onde se situa esta propriedade estavam incluídas também no domínio do mosteiro cisterciense de S. Pedro das Águias, cujo abade concedeu aos seus moradores carta de foro, em 1227³⁵. No século XVIII (1792), esta propriedade pertencia a Sylvestre Vieira Pimenta, da freguesia de Canelas da Régua. Nessa altura, argumentava que a sua propriedade pouco distava da Quinta do Bom Retiro, que fora demarcada em 1790 para a produção de vinhos dessa Feitoria, capazes de exportação³⁶. Por isso, reclamava igual estatuto. De facto, nas

²⁶Arquivo A.A. Ferreira- Cx. 635.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – Douro: as quintas do vinho do Porto.1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 157

³⁰ BRITO E CUNHA, João, *A Quinta de Vargelas*, 1978, p.1.

³¹ Idem, p. 29.

³² Idem, p. 15.

³³ Idem, p.17.

³⁴ Idem, p.18.

³⁵ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la - *A visão cisterciense do trabalho* – Cister no Vale do Douro, DIAS, Geraldo Coelho (Direção de), Porto, 1998, GEHVID/Afrontamento, 1998, p.154 e 159.

³⁶ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*.1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores,1992, p.146.

demarcações pombalinas de 1757³⁷ e 1758³⁸ as terras de Ervedosa do Douro e consequentemente os terrenos ocupados atualmente pela quinta foram categorizados apenas para vinhos de ramo, ou seja, para serem vendidos nas tabernas da região e da cidade do Porto, taxados a 10\$500 réis e voltaram a ficar de fora nas marcas fixadas para vinhos de Feitoria pela rainha D.^a Maria (1788-1791). No século XVIII, boa parte das margens daquele afluente do Douro estavam a mato, motivo pelo qual não teriam sido consideradas.³⁹

Figura 4: Quinta das Lages



As Lages permaneceram na família de Sylvestre Vieira Pimenta pelo menos até 1869, ano em que é registada na posse conjunta de António Augusto Vieira Pimenta e seus irmãos⁴⁰. Em 1872 ainda pertencia a António Augusto Vieira Pimenta⁴¹, contudo, pouco tempo depois, passou a ser propriedade de Francisco Franco, de Espinhosa, que a vendeu, em 1886, por 200\$000 réis, ao Dr. Baltazar

Augusto Ribeiro, antepassado dos atuais proprietários⁴². No início do século XX, Baltazar Ribeiro, que foi sócio da Liga dos Lavradores do Douro, desde 1887, explorava a Quinta das Lages e nela “colhia vinho precioso, azeite de primeira ordem, fructas saborosíssimas e muito mel doirado, como na idade das delícias patriarchaes”⁴³. Desse tempo conserva-se o seu armazém tradicional e a adega com lagares em granito e os toneis datados de 1879, hoje na posse de um dos grupos empresariais familiares mais importantes do Douro, o Grupo Symington, Vinhos SA.

Figura 5: Quinta do Ventozelo



Ainda em terras de Ervedosa do Douro, conta-se entre as quintas cistercienses a do Ventozelo, com 600 hectares, dos quais apenas 190 têm vinha plantada. Nas marcas pombalinas de 1757⁴⁴ e 1758⁴⁵ foi também classificada para produzir vinhos de ramo e só em 1788, nas demarcações ordenadas por D.^a Maria, conseguiu o estatuto de terra de

³⁷ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p.63.

³⁸ Idem, Vol. II, p. 244.

³⁹ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p. 177.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

⁴¹ <http://pagfam.geneall.net/3426/pessoas.php?id=1067285>

⁴² LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*.1^a ed. Lisboa: Quetzal Editores,1992,p.146.

⁴³ MONTEIRO, Manuel, *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, 1911, p.54.

⁴⁴ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, I, p. 62.

⁴⁵ Idem, Vol. II, p. 243.

produção de vinhos de Feitoria⁴⁶ para exportação a partir da cidade do Porto. Propriedade do Real Mosteiro de S. Pedro das Águias⁴⁷ integrava-se nos vastos domínios daquele mosteiro com expressão nas Vilas de Valença do Douro, Castinheiro e Ervedosa do Douro. Os cistercienses, um pouco por toda a Europa e também entre nós lançam mão do contrato de exploração das suas terras por aforamento, suprindo a falta de irmãos conversos que trabalhassem as terras e se alcandorassem a monges⁴⁸. Esses aforamentos recaiam sobre propriedades distantes que tinham vindo à posse do mosteiro por doações, cuja administração direta era difícil. Foi certamente este o caso da Quinta de Ventozelo que nos surge em 1596, emprazada à Casa do Poço de Lamego⁴⁹ pertencente aos Morgados do Poço. Falamos de uma das casas mais importantes de Lamego, com diversas ligações familiares à alta nobreza portuguesa⁵⁰. Mas como era esta antiga granja cisterciense no século XIX? A resposta é dada por um inglês, Henry Vizetelly, que nos indica que embora atingida pela filoxera “*a sua produção atinge, nos bons anos 150 pipas de vinho de alta categoria, habitualmente adquirido pela firma G.G. Sandeman and Sons*”⁵¹. A propriedade pertencia então a António de Carvalho Rebelo de Menezes Teixeira de Sousa Cirne, descendente dos morgados da Casa do Poço, bisneto do primeiro Visconde do Peso da Régua⁵². Nos

alvares do século XX (1905) a quinta é vendida à Companhia Vitícola, Vinícola e Agrícola de Ventozelo, empresa fundada por iniciativa de Joaquim Ferreira Troviscal que operou notórias transformações nesta quinta que viu replantados 280 mil pés de vide americana, segundo as melhores técnicas da época⁵³”. Uvas de mesa⁵⁴ e frutas para exportação⁵⁵, produção de azeite⁵⁶, cereais⁵⁷ e vinhos do Porto, contam-se entre as principais produções que se obtiveram por todo o século XX das antigas terras pertença dos cistercienses de São Pedro das Águias.

A capela é de invocação à Nossa Senhora do Rosário. Ventozelo continua a ser um lugar onde se aprende a conhecer o valor dos silêncios dos grandes espaços vitícolas do Douro, cortados pela diversidade dos barulhos que acompanham os trabalhos na vinha ao longo do ano. Aí se aprende igualmente a perscrutar os aromas diversos que o tempo cíclico vai deixando no ar. Os recentes saibramentos efetuados na Quinta acrescentam-lhe a vertente da modernidade que vai dando a propriedades como esta um carácter intemporal.

⁴⁶ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do vinho do Porto, 1996 p.171.

⁴⁷ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la - *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro* in – “Cister no Vale do Douro”, DIAS, Geraldo Coelho (Direção de): Porto, 1998, GEHVID/Afrontamento, 1998, p.159.

⁴⁸ Idem, p.156.

⁴⁹ MONTEIRO, Manuel, *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, 1911,p.89

⁵⁰ AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*. (S.l.s.n), 1974, p.79.

⁵¹ VIZETELLY, Henry – No Pais do Vinho do Porto. Trad. De Mário Bernardes Pereira, (da II parte de Facts

about Port and Madeira): Porto, Instituto do Vinho do Porto,1947,p.49.

⁵²*Nobiliário das Famílias de Portugal*, Felgueiras Gayo Carvalhos de Basto, 2ª edição, Braga, 1989. Vol., p.227.

⁵³ MONTEIRO, Manuel, *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, 1911, p.90-91.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem, p.92.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

4 O Vale de Cambres e os cistercienses de Salzedas

O vale de Cambres, fronteiro à cidade da Régua, foi também domínio cisterciense. Nele avultam várias propriedades das quais se destaca a Quinta da Pacheca, emprazada a Bastião Pereira, do lugar de Pomarelhe, pelo mosteiro de S. João de Tarouca, em Maio de 1551 por 250 réis ao ano⁵⁸. Tratava-se da vinha denominada de Peradanta, situada imediatamente abaixo de Tourais⁵⁹. A renda era de 250 reis ao ano.⁶⁰ Sabe-se que as terras dos concelhos de Armamar e Tarouca, bem como algumas freguesias de Lamego, como Cambres, eram terras que pertenciam aos mosteiros cistercienses de Tarouca e de Salzedas, em resultado de doações pias a esses cenóbios e também fruto de uma perspicaz política de compra e escambo de terras de pequena dimensão que lhes foram sendo associadas⁶¹. Em 1659, Salzedas faz prazo do lugar a José Pereira Pacheco, filho de Manuel Pereira Pacheco e Joana Pacheco⁶² e num documento datado de 17 de Abril de 1738, faz-se já pela primeira vez referência à Quinta chamada “da Pacheca”, possivelmente por ser sua proprietária D. Mariana Pacheco Pereira, natural da cidade do Porto. Era filha de D.^a Joana Pacheco e de Manuel Pacheco Pereira, destacada personalidade da urbe portuense. Gozava por isso do título respetivos privilégios da condição de *Cidadão do Porto*, estatuto que no Porto só era concedido a quem, mesmo que não fosse nobre, vivesse à “lei da nobreza”.

Figura 6: Quinta da Pacheca



A proprietária que acaba a dar nome à quinta foi casada em primeiras núpcias com Bento da Fonseca, embaixador de D. Pedro II junto da Santa Sé, falecido e sepultado em 1698 em Roma, na igreja de Santo António dos Portugueses, onde existe a sua lápide funerária brasonada, mandada colocar pela viúva. Volta a casar, três anos mais tarde, em 1701, em Lisboa, com Francisco Mendes Galvão, senhor da Casa de Andeviso, em Mei (Arcos de Valdevez) e da Casa de Valverde, na vila dos Arcos de Valdevez, Desembargador do Paço e Chanceler Mor do Reino⁶³. Mariana Pacheco Pereira, rica proprietária, duas vezes viúva, sem filhos, fez testamento em 1735, contemplando muitos membros da família por quem distribuiu a sua grande fortuna, sendo o principal herdeiro, após a sua morte, em 1738, Pedro Pacheco Pereira, filho do Dr. Manuel Pacheco Pereira, Juiz da Alfândega do Porto e Vereador da cidade do Porto. Família

⁵⁸ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*. 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p.48.

⁵⁹ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro- Estudos & Documentos, Gehvid, 2001, p.125.

⁶⁰ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*. 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p.48.

⁶¹ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la - *A visão cisterciense do trabalho* in – *Cister no Vale do Douro*, DIAS, Geraldo Coelho (Direção de), Porto, 1998, GEHVID/Afrontamento, 1998, p. 154.

⁶² FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro-Estudos & Documentos, Gehvid, 2001, p.125.

⁶³ http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=43421

com uma grande ligação ao governo municipal portuense. Esta propriedade manteve-se na família até 1903, ano em que foi vendida por João Gonçalo Pacheco Pereira, a José Freire de Serpa Pimentel e ao seu cunhado António Francisco Machado Mendia. Destacados proprietários na região do Douro também de origem nobiliárquica⁶⁴, souberam investir na recuperação das vinhas muito afetadas pelas pragas e mesmo no alargamento da propriedade, para além de beneficiarem os armazéns, os lagares e casa grande. Destacamos o nome de Eduardo Mendia Freire Pimentel que, após herdar a quinta a replantou especializando-se em segmentos vinícolas de sucesso, nomeadamente os brancos da Quinta da Pacheca e nos vinhos que o seu filho e continuador José Vanzeller de Serpa Pimentel que produz o primeiro Porto “Quinta”. Esta propriedade foi das primeiras a engarrafar vinhos no Douro com marca própria e a explorar a vertente do enoturismo com grande sucesso, materializado no prémio internacional *Best of Wine Tourism* – 2006 e na construção do *The Wine House Hotel Quinta da Pacheca*, totalmente dedicado ao turismo gastronómico e enológico.

A Quinta dos Varais, igualmente situada na margem esquerda do Douro, em Cambres, pelo menos até 1773 foi um prazo do Convento de Salzedas, ao qual era foreira. Incontornável neste espaço é a Quinta do Paço de Monsul que se destaca na paisagem do Vale. As suas origens remontam ao século XII e as suas terras foram incluídos nas demarcações pombalinas de 1757⁶⁵, 1758⁶⁶ e 1788⁶⁷ para vinhos de exportação ou de Feitoria, por ser através do grémio de

comerciantes ingleses do Porto que organizava a maior parte do comércio exterior dos vinhos do Douro.

Figura 7: Quinta dos Varais



Ainda no Vale de Cambres fica situada uma propriedade que pertenceu aos monges brancos de Salzedas. Trata-se de uma das quintas mais antigas de toda a região, já que a sua idade remonta aos alvares da nacionalidade. De facto, o Paço e Torre de Monsul pertenceram a D. Afonso Henriques que os doou a Pedro Viegas que, em 1201, com a autorização do rei, vendeu a D.^a Teresa Afonso a viúva de Egas Moniz, figura incontornável da História de Portugal, fiel escudeiro e amigo do nosso primeiro monarca.⁶⁸ Foi D.^a Teresa Afonso, fundadora do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, quem doou a Quinta de Monsul aos cistercienses daquele cenóbio.⁶⁹ Sucederam-se depois os arrendamentos da quinta, contando-se entre os mais antigos

⁶⁴ AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*. (S.l.s.n), 1974, p.182.

⁶⁵ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 61.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁶⁷ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p.180.

⁶⁸ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro- Estudos & Documentos, Gehvid,2001, p.138.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

arrendatários D. Afonso de Vasconcelos e Menezes, 1º Conde de Penela, em 1331, quando a propriedade ainda era designada por *Granja do Moçullo*.⁷⁰ Em 1469, a quinta foi emprazada a Gonçalo Afonso Coutinho e a sua mulher Beatriz Dias, dotada já de lagares.⁷¹

Figura 8: Paço e Torre de Monsul



Em 1541 foi a vez de Paulo Rodrigues e Leonor Nunes, sua mulher aforarem a propriedade para, pela mesma forma passar para as mãos da viúva de Domingos Leitão, de Armamar, Ana Rodrigues, corria o ano de 1578⁷². Em pleno período filipino (1603), Gaspar de Carvalho de Lucena, de Lamego, casado com Leonor Gouveia Leitão, filha da dita Ana Rodrigues, fez novo emprazamento de Monsul⁷³, cuja renovação se efetivou em 1691 à sua neta D^ã. Antónia Sallemma de Vasconcelos⁷⁴, casada com Rodrigo Homem de Vasconcelos. Em 1754, é Bernardo Guedes de Vasconcelos, seu neto quem faz a renovação do prazo. Note-se que a quinta, com um interregno de 9 anos se manteve sempre na mesma família, desde o século XIV ao século

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem, p. 65.

⁷² Idem.

⁷³ Idem, p. 147.

⁷⁴ Idem, p. 152.

XIX. Nesta altura, Luís Guedes de Vasconcelos, Senhor do Morgado de Monsul, filho de Antónia Sallemma e Rodrigo Vasconcelos, casou com Clara de Almeida de Novais, filha do capitão-mor de Lamego, Gaspar Leal Gomes⁷⁵ e proprietário da Quinta do Tourais.

Figura 9: Quinta de Tourais



Após a extinção das ordens religiosas em 1834, é Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos que fica como administrador da casa.⁷⁶ Em 1888, Afonso Guedes de Carvalho, bisneto de Bernardo, por circunstâncias diversas viu-se obrigado a vender o Paço de Monsul. Foi comprado por D. Elvira Mendes Corrêa de Magalhães e marido Artur Mendes de Magalhães Ramalho, advogado em Lamego⁷⁷. A propriedade volta à família em 1897, já que a trineta de Rodrigo Guedes Vasconcelos, Inês Van Zeller Guedes de Carvalho que era coproprietária da Quinta de Tourais, vendeu a sua parte desta quinta para ajudar a pagar Monsul. Inês Van Zeller Guedes de Carvalho casa em 1881 com Afonso do Vale

⁷⁵ http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=234645

⁷⁶ FAUVRELLE, Natália - Quintas do Douro. As *Arquiteturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro- Estudos & Documentos, Gehvid, 2001, p.159.

⁷⁷ http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=24191

Coelho Pereira Cabral, viticultor e proprietário da Quinta do Cachão. Inês sentiu um grande desgosto pela venda da quinta de Monsul, propriedade que tinha pertencido à sua família e logo que vendeu a sua parte em Tourais, ajudou o marido a recuperar Monsul por compra a Artur Mendes de Magalhães Ramalho, a quem fora vendida por Afonso Guedes de Carvalho, primo coirmão e padrinho de Inês Guedes de Carvalho⁷⁸.

Uma visita a Monsul, transporta-nos para um passado longínquo. Assim, o antigo tanque ainda ostenta a data de 1469 esculpida na pedra.⁷⁹ No mesmo rossio situa-se uma capela quinhentista, instituída por Gaspar de Carvalho Lucena e Leonor Gouveia Leitão. No interior da mesma há a salientar o arco-cruzeiro que dá acesso à capela-mor, e abundantes inscrições que ilustram os fastos da capela, os túmulos e os bonitos azulejos que cobrem as paredes. Sobre o arco da entrada, igualmente de volta inteira e coroadado por duas ameias e uma sineira, assenta o Brazão de armas dos Guedes de Vasconcelos, referindo o ano de 1559.

A quinta sofreu as maiores alterações depois de 1834, sob a administração de Luís Guedes de Carvalho Vasconcelos que mandou encanar as águas, plantar oliveiras e três aciprestes⁸⁰. O casal Afonso Pereira Cabral e Inês Guedes de Carvalho ampliaram as dependências da casa⁸¹. Já da velha Torre e do Paço originais pouco chegou até nós. Em frente da propriedade contempla-se um cenário majestoso onde, em patamares a perder de vista se estendeu o vinhedo das freguesias de Godim, Fontelas e Loureiro.

4.1 A Granja da Folgosa de Armamar

No lugar da Folgosa, concelho de Armamar, encontramos a Quinta dos Frades, uma das

mais antigas propriedades do Douro, fundada igualmente pela iniciativa cisterciense que é, ainda hoje, um importante núcleo de produção vitícola que integrava o património dominial do Mosteiro de Salzedas. A Quinta da Folgosa, assim conhecida primitivamente, foi doada em 1256 aquele cenóbio cisterciense que daria nome à actual freguesia de Salzedas, do concelho de Tarouca. É daí que deriva a posterior designação que ainda se mantém - Quinta dos Frades – muito em resultado da memória popular que via trabalhar na propriedade os monges egressos de Salzedas.

Salzedas remonta pelo menos a meados do século XII, altura em que D. Afonso Henriques doa o Couto de Argeriz (depois chamado de Salzedas) à viúva de Egas Moniz, Teresa Afonso. Egaz Moniz é uma figura importante no contexto dos primeiros momentos da independência nacional, dado o seu empenho ao lado de D. Afonso Henriques Casado em segundas bodas com a jovem Teresa Afonso, oriunda de uma nobre família galega, filha do Conde Afonso Nunes, da linhagem de Celenova⁸².

Figura10: Quinta dos Frades



⁷⁸http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=24191

⁷⁹ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto*, Cadernos da revista Douro- Estudos & Documentos, Gehvid,2001, p.138.

⁸⁰ Idem, 138 e, 159 e 160.

⁸¹ Idem, p.160.

⁸² RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la - *Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro* in – “Cister no Vale do Douro”, DIAS, Geraldo Coelho (Direção de), Porto, 1998, GEHVID/Afrontamento, 1998, p.97.

Foi precisamente ela que, em 1146, após a morte do marido quem apoiou a reforma do mosteiro de Salzedas e se dedicou à educação e instrução dos filhos de D. Afonso Henriques⁸³. Teresa Afonso gozou de grande influência junto do nosso primeiro rei que, em 1155, lhe faz carta de privilégio do Mosteiro de Salzedas, na pessoa do seu abade D. João Nunes, de uma igreja e outras propriedades do mosteiro e da sua benfeitoria. Dois anos mais tarde, 1157, Teresa Afonso e seus filhos entregam o mosteiro de Salzedas aos cistercienses de Claraval para nele introduzirem a sua reforma monástica.⁸⁴

As terras da Quinta dos Frades foram incluídas nas demarcações pombalinas de 1757⁸⁵ e 1758⁸⁶, apenas para vinhos de ramo. Em 1759, o Dom Abade e mais religiosos do Real Mosteiro de Salzedas requereram ao rei a inclusão destas terras na melhor marca, ou seja para a produção de vinhos de Feitoria⁸⁷, argumentaram com a boa qualidade dos vinhos que se produziam na Quinta dos Frades usados para compor os da sua Quinta de Tourais⁸⁸. Lograram conseguir a classificação para vinhos de Feitoria somente em 1761⁸⁹, ou seja na última demarcação pombalina⁹⁰, classificação confirmada anos mais tarde, nas demarcações de D.^a Maria I^a (1788)⁹¹.

A vitória do liberalismo no século XIX integrou a Quinta dos Frades nos Bens Nacionais (1834) e foi gerida por uma Comissão Administrativa até que foi vendida a 1841.⁹²

Comprou-a, Jerónimo de Almeida Brandão e Sousa, primeiro e único Barão da Folgosa, título concedido pela rainha D. Maria II, em 1843. Em 1911, Manuel Monteiro

impressionado com a quinta dos Frades escreveu: "no seu respeitável perímetro de sete kilometros encerra uma vasta e pujante matta, como convinha a um prédio monástico, extensos olivedos e largos vinhaes, que produzem cerca de 300 pipas de vinho de Feitoria".⁹³ Observou a Quinta dos Frades como um verdadeiro senhorio monástico, caracterizado em regra pela autossuficiência, traduzida na figuração do Paraíso na Terra, tal era a especialização dos monges no domínio exercido sobre a natureza, arrancando aos solos cascalhentos das arribas do Douro, já pelo seu saber mas também pelo seu esforço, tudo o que carecia a vida humana. De facto, destas terras monásticas saía desde a flor que adornava os altares das capelas, o azeite que alimentava as candeias que alumiam os recantos do recolhimento cenobítico, os alimentos do quotidiano tirados das hortas ajardinadas que, com mil cuidados, os monges sazonalmente plantavam e semeavam, sem esquecer, claro está, o vinho utilizado no ritual cristão e o pão partilhado em conformidade com os ensinamentos das escrituras sagradas. Já Nos anos 40 do séc. XX, a propriedade toma um novo rumo ao ser adquirida pelo industrial Delfim Ferreira, cujos descendentes a mantêm produtiva até hoje.

5 Tarouca em terras do vale do Douro

Algumas quintas de renome atualmente existentes na região do Douro estão implantadas em terras que pertenceram aquele que é tido como o primeiro mosteiro cisterciense português. Referimo-nos, é claro,

⁸³ Idem, p. 98.

⁸⁴ Idem, p. 101.

⁸⁵ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 61

⁸⁶ Idem, Vol. II, p. 149.

⁸⁷ Idem, Vol. III, p. 57.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

⁸⁹ Idem, p. 207.

⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 205.

⁹¹ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do vinho do Porto, 1996 p.163.

⁹² PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*, Porto: Edições Afrontamento, 1991, p.116.

⁹³ Idem, *Ibidem*.

a São João de Tarouca. Muitas outras quintas haverá nas mesmas circunstâncias mas o estado atual das nossas pesquisas permite-nos somente falar de duas com alguma certeza, a Quinta das Caldas, no Moledo e a Quinta do Porto.

A primeira destas unidades produtivas constitui o que há muito denominamos de portas da região do Douro. De facto, as Termas do Moledo deram o nome à Quinta das Caldas, lugar da freguesia de Fontelas do concelho de Peso da Régua, mas que, até à reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, esteve integrado na freguesia de Oliveira, do Concelho de Mesão Frio. Em 1758, no inquérito paroquial determinado por Sebastião José de Carvalho e Melo, na sequência do terramoto de 1755, responde por este lugar o abade de Santa Maria de Oliveira. Disse que havia *"no limite da freguesia uma Quinta que hoje é dos herdeiros de João Ferreira Pacheco, da cidade do Porto, chamada das Caldas, e chega à margem do rio Douro pela parte do Sul; e nesta margem estão três poços de água sulfúrea temperada, aonde se tomam banhos, e estão aproveitadas pelos médicos para várias queixas, e são bem frequentadas desde o princípio do Verão até ao Outono"*.⁹⁴ Sabemos que um pouco antes (1757) a quinta fora incluída nas demarcações para vinhos de Feitoria⁹⁵, sucedendo o mesmo no ano seguinte⁹⁶. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro deu grande atenção a esta propriedade já que a dotou de um caminho lajeado que partia do interior das suas terras até ao rio Douro, para maior facilidade nas carregações dos vinhos que produzia.

Figura 11: Quinta das Caldas do Moledo



Esta Quinta, como a Quinta do Porto, pertenciam em 1865 aos mesmos proprietários, o Arcediago da Sé de Braga e suas irmãs que as haviam herdado do pai e tia. Nesse ano, venderam todos os seus bens imóveis e de raiz, incluindo estas quintas a Francisco Silva Torres e a D.^ª Antónia Adelaide Ferreira. A Quinta das Caldas foi então comprada pela quantia de 22.00\$ reis⁹⁷, como propriedade livre e alodial, pertença da Fazenda Nacional que incorpora os bens do extinto Convento S. João de Tarouca⁹⁸ (1836). Por escritura de venda e de paga e quitação, realizada a 2 de Março de 1865, já contratada por promessa em 1863, soubemos que a Quinta das Caldas era composta por casa de quartéis, (que o povo das Caldas do Moledo conhece por Quartéis Amarelos) banhos termais e minerais, vinha, olival, horta e pomares.⁹⁹ Ramalho Ortigão (1875) escreve que este lugar se achava *"muito melhorado"* desde que passou a ser pertença do Sr. Torres da Régua¹⁰⁰. Silva Torres, tinha falecido havia 12 anos, e as Caldas, embora arrendadas, pertenciam à sua viúva D. Antónia Adelaide Ferreira. No início de década de 1880, a *Ferreirinha* termina com a exploração por

⁹⁴ AN/TT, *Memórias Paroquiais*, Memória de Oliveira.

⁹⁵ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 60.

⁹⁶ Idem, Vol. II, p. 38.

⁹⁷ Arquivo A.A.F- Cx. 627.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ http://www.aguas.ics.ul.pt/vilareal_cmoledo.html

arrendamentos anuais das Caldas de Moledo e manda construir no local uma residência de veraneio, “o palacete”, que deu guarida a altos dignatários. Conta-se entre eles o rei D. Luís I, que o usou na sua deslocação à região. A propriedade cuja raiz pertencia aos monges de Tarouca produzia nos inícios do século XX 50 pipas de vinho por conta do Conde da Azambuja, genro de D.^a Antónia Adelaide Ferreira¹⁰¹.

Já na primeira metade do século XX, a Quinta das Caldas passa por herança para as mãos do coronel Miguel Evaristo Teixeira de Barros, capitão-tenente da armada, casado com a Ana de Jesus Maria de Mendoça Rolim de Moura Barreto, filha de Maria de Assunção e neta de D. Antónia Adelaide Ferreira. Nessa altura, a vida social nas Termas das Caldas do Moledo era muito intensa sobretudo no período balnear, chegando a receber 300 aquistas por ano. Todo o conjunto que como vimos pertenceu aos monges cistercienses de Tarouca encontra-se hoje à espera de um investidor que queira revitalizar o conjunto termal e da Quinta das caldas que funciona apenas como unidade produtora de vinho mas que encerra um potencial turístico muito interessante.

Figura 12: Quinta do Porto



Já a Quinta do Porto, localizada no lugar do Pezinho, em Covas do Douro, desde 1853, freguesia do concelho de Sabrosa é dotada de uma casa secular de arquitectura simples, típica das quintas durienses geralmente nas mãos de proprietários absentistas, residentes no Porto ou em Lisboa que delas se serviam, quando muito, como residências de verão. Dela é possível observar um panorama impar que abrange de um só golpe de vista vastos vinhedos que os meandros do rio Douro espelham. Os terrenos hoje ocupados pela quinta foram demarcados em 1757¹⁰² e 1758¹⁰³ para vinhos de ramo, era então designada por Quinta do Pezinho, denominação que mantém pelo menos até 1761¹⁰⁴. A Quinta do Porto só viu as suas terras integradas na categoria das que podiam produzir vinhos para exportação depois das demarcações mandadas fazer por D.^a Maria I^a¹⁰⁵. Como já referimos esta quinta foi integrada nos bens da fazenda nacional em 1834, por fazer parte dos bens de raiz do extinto Convento de S. João de Tarouca¹⁰⁶. O já citado Arcediogo de Braga e Primaz nesta cidade, bem como as suas irmãs, venderam em Março de 1865 todos os bens imoveis e de raiz que possuíam nas freguesias de Covas do Douro e de Oliveira e entre elas conta-se a Quinta do Porto então

¹⁰¹ MONTEIRO, Manuel, O Douro. *Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, 1911, p.74.

¹⁰² FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*: Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1949, Vol. I, p. 62.

¹⁰³ Idem, Vol. II, p. 177.

¹⁰⁴ Idem, Vol. III.p.187.

¹⁰⁵ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996, p. 152.

¹⁰⁶ Arquivo A.A.F- Cx. 627.

designada do Porto ou Pesinho¹⁰⁷. A “Senhora do Douro” foi compradora e a antiga granja de Tarouca passou assim para as mãos de uma das personalidades mais importantes da vida do Douro oitocentista, mantendo-se até hoje no universo empresarial construído na época pela Ferreirinha.

5 Conclusões

Foi muito significativa a presença cisterciense em todo o vale do Douro. Os exemplos que aqui trouxemos representam apenas uma parte dos contributos dos monges brancos para a criação, em 1756, da primeira região vitivinícola do mundo a ser demarcada e regulamentada. Como já tivemos oportunidade de referir torna-se necessário lançar mão de fontes várias que ajudem a compreender melhor esta realidade que, dada a conhecer, constitui contributo valorativo ímpar para a Região do Douro. Certamente esta influência não se limitou às onze propriedades às quais aqui aludimos. A História como saber cumulativo e por isso em

constante ampliação saberá aumentar o conhecimento de que hoje somos portadores. Podemos no entanto já definir áreas preferenciais de sucesso da presença de cisterciense no Douro. Em primeiro lugar as terras de comunicação entre o Douro norte e o Douro sul, ou seja as caldas do Moledo onde pela mesma altura em que os cistercienses fundam os seus mosteiros a mulher do nosso primeiro monarca, a rainha D.^a Mafalda, institui uma barca por Deus, entre Penajóia e Moledo facilitando a travessia do Douro aos homens e às mercadorias. A área próxima do vale de Cambres, em terras de Lamego, marginais ao rio Douro, constituiu outra zona de implantação. De facto, as antigas granjas cistercienses deste vale são, ainda hoje, um reflexo direto da importância da presença civilizacional de Cister plasmada em emblemáticas quintas durienses como a da Pacheca, o Paço de Monsul, a de Tourais e a dos Varais. Mas, a caminho do Douro Superior mas ainda no Cima Corgo, a influência cisterciense em terras dos atuais concelhos de Tabuaço e São João da Pesqueira, ficaram aqui também documentadas.

¹⁰⁷ Idem.